	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

Instruções sobre o Processo Seletivo


01. O Processo Seletivo será executado em três etapas: uma primeira consistente na inscrição, a segunda de seleção dos candidatos e a terceira de matrícula, ambas de caráter eliminatório.
02. O candidato, no momento da seleção poderá portar apenas caneta esferográfica escrita azul, lápis e borracha, sendo que qualquer outro objeto, inclusive equipamentos eletrônicos e telefônicos, poderá resultar na desclassificação do candidato, sem oportunidade de recurso.
03. Qualquer meio de burla ao princípio da isonomia durante o processo de seleção desclassificará o candidato, sem oportunidade de recurso.
04. O processo seletivo constará de duas provas, que serão disponibilizadas conjuntamente, sendo a primeira composta de 30 (trinta) questões objetivas e a segunda de 02 (duas) questões subjetivas, sendo que cada questão objetiva terá valor de 2 (dois) pontos e para cada questão subjetiva será designado 20 (vinte) pontos.
05. O candidato somente levará o caderno de provas se sair do recinto nos últimos trinta minutos do período de aplicação da mesma.
06. O resultado será divulgado a partir do dia 29 de dezembro, a partir das 16:00 horas através da publicação da relação dos classificados no quadro de avisos no rol na sede da AMOG, bem como em seu sítio eletrônico.
07. Não será passada informação via telefone sobre a classificação de candidatos.
08. O candidato poderá recorrer da classificação, desde que apresente os motivos devidamente formalizados e protocole na sede administrativa da AMOG até às 12:00 horas do dia 31 de dezembro.
09. O resultado do recurso será conhecido pelo candidato até o dia 05 de janeiro de 2015 às 12:00 horas.
10. O número de vagas previsto para o Curso Presencial de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública é de 60 (sessenta) vagas, em turma única.
11. O total de 5% (cinco) por cento das vagas estão reservadas aos portadores de deficiência, na forma da lei, desde que preencham os requisitos exigidos neste edital e faça comprovação da anomalia física, no ato da inscrição para o processo de seleção, através de atestado e/ou laudo médico.
12. Os candidatos que não obtiverem 50% (cinquenta por cento) de aprovação no processo de seleção serão desclassificados automaticamente.

Questões Objetivas

01. O art. 37, VII, da CF dispõe que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Acerca da interpretação e da aplicação dessas disposições constitucionais, assinale a opção correta.

- (A) O direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia plena.
 (B) A lei específica pode conter matéria estranha à disciplina do direito de greve dos servidores públicos.
 (C) Na ausência de lei específica, é cabível a impetração de mandado de injunção.
 (D) Compete à justiça do trabalho julgar os dissídios relativos ao direito de greve dos servidores públicos estatutários da administração direta, dos das autarquias e dos das fundações da União.

Fundamentação: A) As normas de eficácia plena são normas de aplicabilidade imediata, porque não dependem de regulamentação. Com isso, são normas autoaplicáveis, o que não condiz com o art. 37, VII, que exige uma regulamentação. B) Por ser uma lei específica que irá disciplinar o direito de greve, ela não pode conter matéria estranha à disciplina do direito de greve dos servidores públicos. C) O art. 37, VII, da CF é norma de eficácia limitada, ou seja, que depende de regulamentação. Com isso, pela via difusa, é cabível a impetração de mandado de injunção, e pela via concentrada, de ação direta de inconstitucionalidade por omissão (arts. 5º, LXXI, e 103, § 2º, todos da CF). D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam o exercício do direito de greve (art. 114, II, da CF) dos empregados públicos, sejam eles da administração direta ou indireta, e dos servidores públicos federais (Lei n. 8.112/90). Contudo os servidores estatutários não possuem uma relação de trabalho, mas sim de caráter institucional, de modo que a Justiça Estadual será competente.

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

Gabarito Oficial: “C”.

02. Acerca da teoria geral da Constituição Federal assinale a opção correta.

(A) O constitucionalismo, que pode ser conceituado como o movimento político-social que pretende limitar o poder e estabelecer o rol de direitos e garantias fundamentais está diretamente relacionado com a ideologia socialista do início da primeira metade do século XX.

(B) O poder constituinte derivado decorrente é caracterizado essencialmente pela sua ausência de vinculação a qualquer regra anterior, pela sua autonomia e pela sua incondicionalidade.

(C) O poder de reforma está limitado às chamadas cláusulas pétreas, entre as quais se inclui a proibição de mudança de voto majoritário ou proporcional pelo voto distrital misto.

(D) O valor social do trabalho e da livre iniciativa é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Fundamentação: A) Meados do século XVIII e não da primeira metade do século XX. B) O poder constituinte derivado é dividido em reformador e decorrente, e suas regras estão todas estabelecidas pelo poder constituinte originário, logo são subordinadas e condicionadas. C) O poder de reforma das emendas constitucionais inclui a proibição de mudança de voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II, da CF). D) Todo Estado deve desenvolver-se na consagração de um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV, da CF).

Gabarito Oficial: Alternativa “D”

03. Acerca dos direitos e garantias previstos da Constituição Federal, assinale a opção correta.

(A) São inafiançáveis os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os cometidos por grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático. Mas em relação aos crimes hediondos, fica o legislador autorizado a excluir ou não a inafiançabilidade.

(B) São legitimados a impetrar o mandado de segurança coletivo os partidos políticos e as organizações ou entidades legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.

(C) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.

(D) Em nenhuma hipótese são previstas penas de morte, ou de caráter perpétuo, ou de trabalho forçados, ou de banimento ou cruéis.

Fundamentação: Outra questão sobre os direitos e garantias da CF, em que o bacharel precisa conhecer os incisos do art. 5.º da Carta Magna. A alternativa A não confere com o texto dos incisos XLII, XLIII e XLIV. A alternativa B também está incorreta, pois o partido político deve ter representação no Congresso Nacional, ciência do inciso LXX. Já a alternativa C tem fundamento no inciso VI do art. 5.º e responde a questão. Assim, a CF, ao consagrar a inviolabilidade de crença religiosa, está também assegurando a proteção à liberdade de culto e suas liturgias. Ressalte-se que a liberdade de convicção religiosa abrange inclusive o direito de não acreditar ou professar nenhuma fé, devendo o Estado respeito ao ateísmo. Por fim, a alternativa D não tem guarida no texto constitucional do inciso XLVII e alínea a.

04. Assinale a opção correta acerca do disciplinamento das emendas constitucionais.


(A) Há limitações implícitas ao poder reformador.

(B) As limitações expressas com relação às emendas à CF restringem-se às temporais e às materiais.

(C) As limitações materiais de emenda à CF relacionam-se à idéia de que a Constituição, documento mais importante de um país, não pode ser alterada em regime de exceção.

(D) As emendas à CF podem ser definidas como uma espécie extraordinária e transitória do gênero das reformas constitucionais.

Fundamentação: O Poder Constituinte reformador de emendas tem limitações explícitas, que são aquelas expressas na Constituição Federal e classificadas em formais ou procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. Há também cláusulas pétreas implícitas, a exemplo do quórum exigido para a aprovação de uma emenda e do próprio § 4º do art. 60 da CF. As limitações materiais de emenda à Constituição Federal relacionam-se à idéia de vedação às deliberações a proposta de emendas tendentes a abolir a forma federativa, voto direto,

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	Data: 19/01/2015
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

secreto, universal e periódico; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais. Consoante isso, em determinadas circunstâncias, como a intervenção federal, estado de sítio e estado de defesa, a Constituição não pode ser alterada de forma alguma devido ao regime de exceção.

Gabarito Oficial: Alternativa “A”

05. No que diz respeito aos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) São gratuitas as ações de *habeas corpus*, *habeas data* e o mandado de injunção.
 (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político.
 (C) O Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita a todos.
 (D) O direito de qualquer cidadão propor ação popular é previsto constitucionalmente.

Fundamentação: A) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5º, LXXVII, da CF). B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional (art. 5º, LXX, a, da CF). C) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, da CF e Lei n. 1.060, de 5-2-1950 – Assistência Judiciária). D) Conforme o art. 5º, LXXIII, da CF.

Gabarito Oficial: Alternativa “D”

06. O descaso para com os problemas sociais, que veio a caracterizar o *État Gendarme*, associado às pressões decorrentes da industrialização em marcha, o impacto do crescimento demográfico e o agravamento das disparidades no interior da sociedade, tudo isso gerou novas reivindicações, impondo ao Estado um papel ativo na realização da justiça social. O ideal absentista do Estado liberal não respondia, satisfatoriamente, às exigências do momento. Uma nova compreensão do relacionamento Estado/sociedade levou os poderes públicos a assumir o dever de operar para que a sociedade lograsse superar as suas angústias estruturais. Daí o progressivo estabelecimento pelos Estados de seguros sociais variados, importando intervenção intensa na vida econômica e a orientação das ações estatais por objetivos de justiça social (MENDES, Gilmar Ferreira et al. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 233 – com adaptações).

Esse texto caracteriza, em seu contexto histórico, a:


- (A) Primeira geração de direitos
 (B) Segunda geração de direitos fundamentais.
 (C) Terceira geração de direitos fundamentais.
 (D) Quarta geração de direitos fundamentais.

Fundamentação: A) “São os que fundamentam na liberdade, civil e politicamente considerada. São as liberdades públicas negativas, que limitam o poder do Estado, impedindo-o de interferir na esfera individual”. B) São os que têm na igualdade o seu fundamento, também denominados direitos de crédito – ou direitos sociais; impõem ao Estado o fornecimento de prestações destinadas ao cumprimento da igualdade e redução dos problemas sociais (como narra o texto. C) “A fraternidade ou solidariedade é o fundamento dos direitos de terceira geração”. D) “São direitos de quarta geração o direito à democracia, à informação e o direito ao pluralismo”. Para Norberto Bobbio, são direitos relacionados com o patrimônio genético de cada indivíduo (A era do direito Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996, p. 6). Obs: Respostas extraídas da obra Curso de direito constitucional do Professor Ricardo Cunha Chimenti e outros (São Paulo: Saraiva, 2008, p. 47-49).

Gabarito Oficial: Alternativa “B”

07. Faltando quatro meses para as eleições municipais, um prefeito teve que viajar ao exterior. Nessa hipótese, aponte a alternativa correspondente à solução constitucional para as eleições seguintes, conforme aquele que assumisse interinamente o cargo de prefeito:

- (A) O vice-prefeito se tornaria irremediavelmente inelegível para o cargo de prefeito, pois teria assumido o posto a menos de seis meses do pleito.
 (B) se não houvesse vice-prefeito e o presidente da Câmara de Vereadores assumisse, estaria inelegível para o novo mandato de vereador.

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

(C) O vice-prefeito não poderia se candidatar ao cargo de prefeito, pelo fato de ter ocupado os cargos de vice-prefeito e de prefeito no mesmo quadriênio.

(D) O prefeito não poderia mais retornar ao cargo, salvo se fosse reeleito para o período subsequente.

Fundamentação: A a D) **Inelegibilidades por motivos funcionais de acordo com o antigo art. 14, § 5º, da CF: eram inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente, os governadores dos Estados e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houvesse sucedido ou substituído nos 6 meses anteriores ao pleito. Referida inelegibilidade relativa não mais subsiste em face da EC n. 16, de 5 de junho de 1997, que passou a admitir a reeleição dos chefes do Poder Executivo, cujo teor é o seguinte: “O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente”. Subsistirá, contudo, a inelegibilidade relativa para concorrerem a outros cargos, devendo, nesse caso, renunciar aos respectivos mandatos até 6 meses antes do pleito (art. 14, §6º, da CF).**

Gabarito Oficial: Alternativa “B”

08. A República, Federação e Presidencialismo são, para a Constituição de 1988, respectivamente:


- (a) Forma de Governo, Forma de Estado, Sistema de Governo.
- (b) Forma de Estado, Sistema de Governo, Regime de Governo.
- (c) Sistema de Governo, Regime de Governo, Forma de Estado.
- (d) Forma de Estado, Regime de Governo, Sistema de Governo.
- (e) Sistema de Governo, Forma de Estado, Sistema de Estado.

Fundamentação: A primeira forma de governo adotada no País foi à monarquia, com a chegada da família real portuguesa. Somente em 1891 implantou-se a forma republicana do governo. Relaciona-se com o modo de exercício do poder político em função do território de um dado Estado. A existência (ou não) da repartição regional de poderes autônomos é, pois, o núcleo caracterizador do conceito de forma de Estado. O Estado será federado (federal, complexo ou composto) se o poder político estiver repartido entre diferentes entidades governamentais autônomas, garantindo uma multiplicidade de organizações governamentais que coexistem em um mesmo território. Conforme ensinamento de Paulo & Alexandrino (Alexandrino, 2011) “O Estado federado é caracterizado por ser um modelo de descentralização política, a partir da repartição constitucional de competências entre as entidades federadas autônomas que o integram. O poder político, uma vez de permanecer concentrado na entidade central, é dividido entre as diferentes entidades federadas dotadas de autonomia”. O conceito de sistemas de governo está ligado ao modo como se relacionam os Poderes Legislativo e Executivo no exercício de suas funções governamentais. Se há uma maior independência entre eles tem-se o presidencialismo, se há maior colaboração, uma corresponsabilidade, entre esses Poderes na condução das funções governamentais, estar-se-á diante do parlamentarismo.

09. Assinale a opção correta acerca de remédios constitucionais.

- (A) A ação popular é o remédio constitucional cabível para o cidadão atacar ato lesivo à moralidade, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) O habeas data é o remédio constitucional apropriado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) São gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (D) O mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, relativas à pessoa do impetrante.

Fundamentação: Mais uma vez, o conhecimento do art. 5.º é conditio sine qua non para o candidato ter sucesso no Exame de Ordem. A alternativa A está correta, conforme o enunciado do inciso LXXIII. As demais estão incorretas pela incompatibilidade com o texto constitucional, respectivamente: incisos LXXII (alternativa B), LXXVII (alternativa C) e LXXI (alternativa D).

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

10. O Estado Federativo tem como características principais:

- (a) Eletividade dos mandatários e temporalidade dos mandatos.
- (b) Soberania e autonomia dos entes federados.
- (c) Divisão de competências entre os entes federados e participação dos Estados-membros nas decisões nacionais.**
- (d) Representatividade dos mandatários e soberania popular.
- (e) Relação rígida entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Fundamentação: O Estado será federado (federal, complexo ou composto) se o poder político estiver repartido entre diferentes entidades governamentais autônomas, garantindo uma multiplicidade de organizações governamentais que coexistem em um mesmo território.

11. De acordo com a Constituição da República, são inalistáveis e inelegíveis.

- (A) Somente analfabetos e os conscritos.
- (B) Os estrangeiros, os analfabetos e os conscritos.
- (C) Somente os estrangeiros e os analfabetos.
- (D) Somente os estrangeiros e os conscritos.**

Fundamentação: A) a D) São absolutamente inelegíveis para qualquer cargo eletivo, em todo o território nacional, os inalistáveis (incluídos os conscritos e os estrangeiros) e os analfabetos. Contudo, devemos ressaltar que os analfabetos têm capacidade eleitoral ativa, ou seja, são alistáveis, mas não têm capacidade eleitoral passiva, ou seja, são inelegíveis. Devemos ainda ressaltar que o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, nos termos do art. 14, § 1º, II, a, b e c, e § 4º, da CF.

Gabarito Oficial: Alternativa “D”

12. Marque a opção correta.


- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros.
- (B) O prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) As hipóteses de contratação por tempo determinado devem ser estabelecidas em decreto do Presidente da República para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) O servidor público da administração direta autárquica e fundacional, no exercício do mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.**
- (E) A proibição de acumulação de cargos não se estende aos empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

Fundamentação: A – Art. 37, inciso I – os cargos são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros na forma da lei; B – o prazo de validade será de até dois anos nos termos do art. 37, III; C – as hipóteses de contratação temporária devem ser definidas em lei nos termos do art. 37, IX; D – CORRETO nos termos do art. 38, inciso III; E a proibição é estendida à Administração Pública Indireta, conforme norma do art. 37, XVII.

13. O controle externo financeiro da União e das entidades da administração federal direta e indireta é atribuição do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

É competência do Tribunal de Contas da União

- (A) Apreçar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante a emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (B) Sustar contratos administrativos em que seja identificado superfaturamento ou ilegalidade e promover a respectiva ação visando ao ressarcimento do dano causado ao erário.
- (C) Aplicar aos responsáveis por ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas multas sancionatória, em decisão dotada de eficácia de título executivo judicial.
- (D) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.**

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

Fundamentação: A) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do recebimento. B) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. C) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário. D) Cópia da redação do art. 71, VI, da CF.

Gabarito oficial: Alternativa “D”

14. O Congresso Nacional e duas respectivas Casas se reúnem anualmente para a atividade legislativa. Com relação ao sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

(A) Legislatura: o período compreendido entre 2 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro.

(B) Sessão legislativa: os quatro anos equivalentes ao mandato dos parlamentares.

(C) Sessão conjunta: a reunião da Câmara dos Deputados e do Senado Federal destinada, por exemplo, a conhecer do veto presidencial e sobre ele deliberar.

(D) Sessão extraordinária: a que ocorre por convocação ou do Presidente do Senado Federal ou do Presidente da Câmara dos Deputados ou do Presidente da República e mesmo por requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas para, excepcionalmente, inaugurar a sessão legislativa e eleger as respectivas mesas diretoras.

Fundamentação: A) Sessão Legislativa: o período compreendido entre 2 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro. B) Legislatura: os quatro anos equivalentes ao mandato dos parlamentares, logo, cada legislatura tem quatro sessões legislativas. C) Além de outros casos previstos na Constituição Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para conhecer do veto e sobre ele deliberar. Veto é a manifestação de discordância do Chefe do Executivo aos termos de um projeto de lei, por entendê-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público. Deve ser sempre motivado e apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e dos Senadores, em escrutínio secreto (art. 7, § 3º, IV, c.c art. 66, § 4º, ambos da CF). D) Sessões extraordinárias ocorrem em circunstâncias que exijam a sua realização em períodos ou épocas não determinadas previamente por constituição, regimento ou estatuto. Essas sessões podem ser convocadas por iniciativa dos próprios órgãos competentes da instituição (art. 57, § 6º, I e II, da CF).

Gabarito Oficial: Alternativa “C”

15. A Constituição da República de 1988 reclama lei complementar para dispor sobre

(A) O estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista.

(B) As formas de participação do usuário na administração pública.

(C) Finanças Públicas.

(D) Contratação por tempo determinado na administração pública.

Fundamentação: A a D) Nos termos do art. 59 da CF, temos as espécies normativas que compreende o processo legislativo, entre elas destacamos as leis complementares e leis ordinárias, que serão aprovadas em cada casa do Congresso Nacional, em um turno, respectivamente, pelo quórum da maioria absoluta e maioria simples. O Poder Constituinte Originário ao se referir às leis ordinárias irá utilizar apenas a expressão “lei”, mas quando se tratar de lei complementar dirá expressamente. Os arts. 173, § 1º, 37, § 3º, e 37 IX, todos da CF, utilizam a expressão lei, o que denuncia que somente a lei ordinária poderá dispor sobre tais matérias (respectivamente, alternativas “A”, “B” e “D”). Por fim, o art. 146 da CF enumera expressamente o que cabe à lei complementar.

Gabarito Oficial: Alternativa “C”

16. É exemplo de desconcentração, tal como entendida pela doutrina administrativa, a criação de


a) uma agência reguladora

b) uma empresa pública

c) uma fundação pública

d) um ministério

e) uma organização social

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

Fundamentação: O Processo de Descentralização Administrativa é composto de três métodos de repartição da função administrativa do Estado:

a) Descentralização Hierárquica, Orgânica ou Burocrática: distribuição da função administrativa do Estado no âmbito interno das pessoas políticas, pela multiplicação de seus órgãos. Para a doutrina isto se chama desconcentração, porque não ultrapassa os limites do ente público, nem implica a criação de novas pessoas jurídicas.

b) Descentralização Institucional ou Autárquica: deriva do fracionamento da atividade administrativa estatal, com conseqüente personificação, que origina certas pessoas jurídicas distintas do Estado, dotadas de poder público próprio, isto é, novas pessoas administrativas - as autarquias - descentralização externa (extravasa os limites da pessoa política).

c) Descentralização por Delegação: também externa, importa a transferência da simples execução da função administrativa pública a pessoas jurídicas de Direito Privado, criadas ou não pelo Estado.

O Fenômeno da desconcentração está explicitado na letra a, descrito acima.

17. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para a prestação de serviço público, contando com capital exclusivamente público, é conceito jurídico de entidade

- (A) empresarial.
- (B) fundacional.
- (C) autárquica.**
- (D) paraestatal.
- (E) permissionária.

Fundamentação: art. 5º, inciso I do DL 200/67.

18. Para que o ato administrativo tenha eficácia externa, deve:

- (a) ser publicado.**
- (b) ser legítimo.
- (c) ser impessoal.
- (d) não configurar abuso de poder.

Fundamentação: art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº. 8.666/93.


19. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção incorreta.

O diretor-geral de determinado órgão público federal exarou despacho concessivo de aposentadoria a um servidor em cuja contagem de tempo de serviço fora utilizada certidão de tempo de contribuição do INSS, falsificada pelo próprio beneficiário. Descoberta a fraude alguns meses mais tarde, a referida autoridade tornou sem efeito o ato de aposentadoria.

Na situação hipotética considerada, o princípio administrativo aplicável ao ato que tornou sem efeito o ato de aposentadoria praticado é o da

- (A) autotutela**
- (B) indisponibilidade dos bens públicos
- (C) segurança jurídica
- (D) razoabilidade das decisões administrativas.

Fundamentação: O exemplo tratado na questão retrata o princípio da autotutela segundo a Súmula 473 do STF. Portanto a alternativa A está correta. O princípio da indisponibilidade dos bens públicos não tem aplicação em relação à hipótese em comento, pois este princípio informa que não se encontram os bens públicos à livre disposição da vontade do agente administrador, dependendo de autorização legislativa. A alternativa B está incorreta. O princípio da segurança jurídica também não tem aplicação ao caso em tela. Ele está previsto no art. 2º da Lei 9.784/99 e no seu inciso XIII, senão vejamos: “a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação”. Segundo a lição de Márcio Fernando Elias Rosa, este princípio tem em mira garantir certa perpetuidade nas relações jurídicas estabelecidas com ou pela Administração. Portanto, a alternativa C está incorreta. E por fim, a

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

alternativa D está incorreta, pois lecionam Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino que o princípio da razoabilidade conduz às idéias de adequação e de necessidade, apontando pela doutrina, juntamente com o princípio da proporcionalidade, limitações impostas ao poder discricionário da Administração.

20. NÃO são entidades integrantes da administração indireta da União:

- (A) os serviços sociais autônomos.
 (B) as associações públicas das quais seja parte.
 (C) as empresas públicas por ela constituídas.
 (D) as sociedades de economia mista por ela controladas.
 (E) as autarquias federais.

Fundamentação: Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legislativa e que compõem o denominado sistema “S”. O “S” deriva da estrutura, eis que são interligadas aos sindicatos, além de sempre terem sua denominação iniciando com a palavra serviço.

21. Considerando-se os princípios que regem a Administração Pública, relacione cada princípio com o respectivo ato administrativo e aponte a ordem correta.

- (1) Impessoalidade
 (2) Moralidade
 (3) Publicidade
 (4) Eficiência
- () Punição de ato de improbidade
 () Divulgação dos atos da Administração Pública
 () Concurso Público
 () Pagamento por precatório
 () Escolha da melhor proposta em sede de licitação
- a) 1/3/4/2/2
b) 2/3/2/2/4
 c) 4/2/1/3/1
 d) 3/4/2/1/4
 e) 3/2/2/1/4


Fundamentação: A Lei Federal n.º. 8.429/92 define alguns atos imorais (improbidade). Pelo princípio da publicidade a Administração tem o dever de divulgar os atos realizados visando dar conhecimento a todos. Pelo princípio da impessoalidade a atividade administrativa deve ser exercida de modo a atender a todos os administrados, sem distinção, razão pela qual a Administração deve realizar concurso para preenchimento de cargos, empregos e funções e não pode realizar pagamento oriundo de sentença judicial fora da ordem estabelecida, nos termos do art. 100 da CR. Diógenes Gasparini comenta que pelo princípio da eficiência a Administração Pública tem o dever explícito de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, sendo o rendimento a forma de atuação menos onerosa, com a máxima produtividade.

22. O princípio da legalidade explicita a subordinação da Administração Pública à lei e é decorrência natural:

- (a) do controle administrativo de seus próprios atos.
 (b) do controle judicial dos atos administrativos.
(c) da indisponibilidade do interesse público.
 (d) do princípio da hierarquia.

Fundamentação: este princípio encontra-se implícito na atuação estatal, é a própria essência do Estado, constituindo juntamente com o princípio da supremacia, o regime jurídico administrativo. (sem disposição normativa)

23. É característica própria do Poder Regulamentar da Administração Pública:

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

- (a) impor obrigação de fazer ou de não fazer.
 (b) possibilitar a inovação na ordem jurídica.
 (c) ser expedido com a estrita finalidade de produzir as disposições operacionais uniformizadoras necessárias à execução de lei.
 (d) ser ato geral, concreto, de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Fundamentação: A Administração Pública possui quatro poderes, a saber: a) Poder Hierárquico (é aquele que possibilita à Administração escalonar seus órgãos e repartir suas funções, definindo os limites de competência de cada um); b) Poder Disciplinar (corresponde ao dever de punição administrativa em face do cometimento de faltas funcionais); c) Poder Regulamentar ou Normativo (confere ao chefe do Executivo a possibilidade de, por ato exclusivo e privativo, editar normas complementares à lei a fim de possibilitar seu fiel cumprimento); d) Poder de Polícia (atribuição da Administração de impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público).

24. Em São Paulo, um edifício foi construído além dos limites autorizados no alvará de construção. A Administração Pública Municipal pode intimar o proprietário para que a parte irregular do edifício seja demolida, sob pena de multa e negativa de expedição do alvará final de construção (“habite-se”). Este dever-poder da Administração deriva dos seguintes atributos do ato administrativo:

- (a) exigibilidade e executoriedade.
 (b) imperatividade, exigibilidade e executoriedade.
 (c) legitimidade, legalidade e executoriedade.
 (d) legitimidade, imperatividade e exigibilidade.

Fundamentação: doutrina

25. Partindo da distinção entre as atividades administrativas, é exemplo de serviço público, no direito brasileiro:

- a) a atuação na área de siderurgia.
 b) o fornecimento de transporte coletivo por empresa concessionária.
 c) a imposição de multa.
 d) a concessão de benefícios fiscais.

Fundamentação: art. 175 da CR c/c Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

26. O desfazimento de um ato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade denomina-se:

- (a) anulação.
 (b) cassação.
 (c) caducidade.
 (d) revogação.

Fundamentação: Súmula 473 do STF c/c art. 53 da Lei Federal nº. 9.784/99.


27. O procedimento apropriado, previsto na Lei nº 8.666/93, para alienar bens imóveis da União, cuja aquisição tenha decorrido de procedimento judicial ou dação em pagamento é:

- a) concorrência ou leilão.
 b) leilão ou pregão.
 c) pregão ou convite.
 d) dispensa de licitação.
 e) inexigibilidade de licitação.

Fundamentação: art. 19, III da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

28. Sobre licitação é CORRETO afirmar que

- a) o convite é modalidade de licitação da qual participam até 3 (três) convidados previamente cadastrados.
 b) o pregão é modalidade de licitação tendo por objeto a compra de bens e contratação de serviços comuns, do tipo menor preço, sem limite de valor.

	AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BAIXA MOGIANA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, CAMPUS MUZAMBINHO	
	Curso: Pós-Graduação em Gestão Pública	Valor: 60 pontos
	Tempo Disponível: máximo de 03 horas.	
	Professores Responsáveis: Me. Leiner Marchetti Pereira / Esp. Marco Antônio Godoy	Data: 19/01/2015
Aluno (a):	Nota:	

PROCESSO SELETIVO

c) o pregão é modalidade de licitação destinada a compra e contratação de serviços comuns, do tipo melhor técnica e menor preço.

d) a tomada de preços é modalidade de licitação que permite conhecer o valor das propostas financeiras antes da habilitação.

Fundamentação: art. 1º, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

29. É inexigível a realização de licitação:

a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

b) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

c) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

d) nas contratações realizadas por sociedade de economia mista.

e) para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração.

Fundamentação: art. 25, III da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

30. Para que o Estado possa alterar, unilateralmente, um contrato administrativo, deve:

(a) referir-se, a alteração, apenas a regras contratuais.

(b) manter intangível a equação econômico-financeira do contrato.

(c) haver previsão expressa no contrato, permitindo a alteração.

(d) haver anuência do contrato.

Fundamentação: art. 65, §6º, Lei Federal nº. 8.666/93.

GABARITO
(NÃO RASURAR - COLORIR O QUADRO DA RESPOSTA)

QUESTÃO	RESPOSTA					QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E	16	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	17	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	18	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	19	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E	20	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E	21	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E	22	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E	23	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E	24	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E	25	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E	26	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E	27	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E	28	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E	29	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E	30	A	B	C	D	E